DIÁRIO DE PETRÓPOLIS
Terça-feira, 25 de novembro de 2025

DIVULGAÇÃO

MANIFESTANTES foram recebidos pela vereadora Júlia Casamasso

Manifestação sobre atrasos de pagamentos da Capital Ambiental

Darques Júnior – Especial para o Diário

Nessa segunda-feira (24), foi realizado um protesto dos estagiários em conjunto com os funcionários da empresa Capital Ambiental sobre os pagamentos atrasados e a falta de data para a quitação dos salários.

Nesta terça-feira (25), haverá uma nova manifestação, às 14h, na Câmara dos Vereadores para que a mobilização siga com as principais reinvindicações, inclusive sobre o fim da terceirização, para que os trabalhadores da Educação sejam contratados diretos pela prefeitura: "Para que não fiquemos a mercê desse descaso que vêm acontecendo há mais de quatro anos", disse Newton Brasil, um dos manifestantes e membro do Movimento Luta de Classes.

Segundo manifestantes, esse problema vem acontecendo desde o ano passado e os pagamentos dos funcionários ocorrem apenas após manifestações dos funcionários. Além disso, dentre as reinvindicações, o pagamento do vale alimentação segue em atraso e não há garantia de empregos dos profissionais terceirizados: "Então, a manifestação hoje foi mais para garantir esses direitos dos trabalhadores", disse Newton.

Ele ainda esclarece que o ato convocado de maneira espontânea pelos trabalhadores foi organizado na semana passada. Os manifestantes foram até a Câmara dos Vereadores com o intuito de protocolar uma denúncia judicial sobre este problema, feita pelo gabinete das vereadoras Júlia Casamasso e Professora Lívia, além do gabinete do vereador Léo França, que se colocaram à disposição dos trabalhadores para realizar a denúncia.

Além da Câmara, os funcionários da Capital se dirigiram até a Prefeitura, onde se reuniram com a Secretaria de Governo da Prefeitura para apresentar suas reivindicações e ouvir o posicionamento mediante a questão. Segundo Newton, a prefeitura teve uma posição recuada de se defender, hora alegando a crise financeira por conta do governo anterior, hora em cima dos bloqueios das contas promovidas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Em nota, a vereadora Júlia Casamasso, que protocolou a denúncia disse que a situação vivida pelos estagiários, RPAs e profissionais dos projetos educacionais é inaceitável: "Estivemos nos atos ao lado dos trabalhadores, inclusive na manifestação desta segunda-feira, e o prefeito mais uma vez se recusou a receber quem mantém a cidade funcionando. Os trabalhadores da Capital Ambiental também seguem sem o pagamento do vale-alimentação, o que demonstra um completo desrespeito com quem presta serviço ao município. Protocolamos hoje um Requerimento de Informações à Secretaria de Educação para esclarecer o encerramento do contrato, a possibilidade de renovação e a situação dos pagamentos. Também enviamos um ofício diretamente à Capital Ambiental cobrando respostas imediatas. Nosso mandato seguirá atuando com firmeza para garantir transparência, dignidade e o direito básico de cada profissional receber pelo seu trabalho."

Questionadas sobre a manifestação, a Prefeitura e a Capital Ambiental não responderam até o fechamento desta edição.

Balcão de Empregos oferece mais 66 vagas

A Prefeitura, por meio do Balcão de Empregos, está oferecendo 66 oportunidades de emprego entre segunda-feira (24) a sexta-feira (28). Os candidatos podem realizar o cadastro de seus currículos no site da Prefeitura (httpswww.petropolis.rj.gov.br)

São 15 oportunidades de primeiro emprego que não exigem experiência, em vagas para Ajudante de Cozinha, Auxiliar de Produção, Auxiliar de Serviços Gerais, Caixa, Entregador de Móveis, Garçonete e Manobrista

PIXABAY

ENTRE AS oportunidades da semana está a de auxiliar de estoque com 10 vagas

Veja todas as oportunidades desta semana

Açougueiro - Ensino Fundamental Experiência de 1 ano na Função - 1 vaga

Ajudante de Cozinha - Ensino Fundamental - 2 vagas

Ajudante de Cozinha - Ensino Fundamental Experiência na função - 1 vaga

Ajudante de Entrega - Ensino Médio Experiência de 1 ano na função - 1 vaga

Assistente Contábil - Ensino Superior CRC Ativo Experiência de 1 ano na função Sistema Alterdata - 1 vaga

Atendente de Farmácia - Ensino Médio Cursos específicos na área Experiência de 1 ano - 2 vagas

Auxiliar de Estoque - Ensino Médio Experiência na função - 10 vagas

Auxiliar de Logística - Ensino Médio Experiência de 1 ano na função - 10 vagas

Auxiliar de Produção - Ensino Fundamental - 2 vagas

Auxiliar de Serviços Gerais - Ensino Médio Experiência na função - 1 vaga

Auxiliar de Serviços Gerais - Ensino Médio - 1 vaga

Auxiliar de Vendas - Ensino Médio Experiência na função - 1 vaga

Balconista de Laticínios - Ensino Fundamental Experiência na função - 1 vaga

Balconista de Padaria - Ensino Fundamental Experiência na função - 1 vaga

Caixa - Ensino Fundamental - 5 vagas

Caixa - Ensino Médio Experiência de 1 ano na função - 1 vaga

Encarregado de Limpeza - Ensino Médio Experiência na função - 2 vagas

Entregador de Móveis - Ensino Médio - 2 vagas

Fiscal de Prevenção de Perdas - Ensino Médio Experiência de 1 ano na função - 3 vagas

Garçonete - Ensino Médio - 1 vaga

Líder Revenue Management - Ensino Superior Experiência de 1 ano - 1 vaga

Manobrista - Ensino Fundamental CNH B - 2 vagas

Marceneiro - Ensino Médio Experiência na função - 1 vaga

Motorista - Ensino Médio CNH B Experiência de 2 anos - 1 vaga

Operador de Empilhadeira - Ensino Médio Cursos específicos Experiência na função - 2 vagas

Operador de Loja - Ensino Médio Experiência na função - 2 vagas

Padeiro - Ensino Fundamental Experiência de 1 ano - 1 vaga

Serviços de Portaria - Ensino Médio Experiência na função - 4 vagas

Supervisor - Ensino Médio Experiência na função - 1 vaga

Vendedor - Ensino Médio Experiência de 1 ano Disponibilidade para viajar - 1 vaga

Vendedor Interno - Ensino Médio Experiência de 1 ano - 1 vaga

PUBLICAÇÃO OFICIAL - 25/11/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

ATA DA 43ª SESSÃO DO 2º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2025

Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Salão Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, verificado o quórum e havendo número legal, às dezesseis horas e quarenta e dois minutos o Vereador Thiago Damaceno declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou o Vereador Wesley Barreto que realizasse a leitura da ata anterior e do expediente. Lida a ata anterior, esta resta aprovada. **EXPEDIENTE:** Lido o Requerimento Administrativo nº: 1246/2025, apresentado pelo Vereador Dr. Aloísio, comunicando formalmente seu pedido de licença das funções de Vereador; Lido o Informativo que institui a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar suspeitas de irregularidades relacionadas à colocação de tubulação para a coleta de esgoto no leito dos rios do Município de Petrópolis pela concessionária Águas do Imperador S.A, a qual será composta pela Presidenta: Professora Lívia; Membros: Léo França e Junior Paixão; Emenda Modificativa nº: 10013/2025 da Vereadora Professora Lívia; Emenda Aditiva nº: 10014 e 10015/2025 da Vereadora Professora Lívia; Projeto de Resolução nº: 9943/2025 do Vereador Wesley Barreto; Projeto de Resolução nº: 9983 e 9988/2025 do Vereador Thiago Damaceno; Projeto de Resolução nº: 9987/2025 do Vereador Léo França; Projeto de Resolução nº: 9984/2025 do Vereador Dr. Aloísio; Requerimento de Informação nº: 10012/2025 do Vereador Wesley Barreto; Requerimento de Informação nº: 10017/2025 da Vereadora Professora Lívia; Requerimento de Informação nº: 10018/2025 do Vereador Dudu; Indicação nº: 9964, 9978 e 9990/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; Indicação nº: 9979, 9980, 10002, 10003, 10004 e 10011/2025 do Vereador Júnior Coruja; Indicação nº: 9986/2025 do Vereador Dudu; Indicação nº: 9989 e 9991/2025 do Vereador Junior Paixão; Indicação nº: 9992 e 9993/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; Indicação nº: 9994, 9995 a 9998/2025 do Vereador Carlos Alberto; Indicação nº: 10006, 10007, 10008, 10010 e 10016/2025 do Vereador Thiago Damaceno; Terminada a leitura do Expediente o Vereador Octávio Sampaio solicitou a inversão de pauta e com anuência dos demais Vereadores, o Senhor Presidente, passou então à **ORDEM DO DIA:** Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 72/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; o Projeto foi aprovado com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Júnior Coruja e do Vereador Junior Paixão; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 5777/2025 do Vereador Gil Magno; o Projeto foi aprovado com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu e do Vereador Junior Paixão; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Resolução nº: 7125/2025 do Vereador Thiago Damaceno; o Projeto foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Júlia Casamasso, do Vereador Léo França e do Vereador Junior Paixão; Colocado em discussão e votação o Requerimento de Inclusão nº: 10009/2025 do Vereador Júnior Coruja; o Requerimento foi aprovado com 09 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Léo França e da Vereadora Professora Lívia; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 4193/2025 do Vereador Júnior Coruja; o Projeto foi aprovado com 09 votos; Registre-se a ausência da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Léo França, do Vereador Octávio Sampaio e da Vereadora Professora Lívia; Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 4193/2025 do Vereador Júnior Coruja; o Projeto foi aprovado com 11 votos; Registre-se a ausência da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Junior Paixão e da Vereadora Professora Lívia; Colocado em discussão e votação única as Indicações nº: 1699, 1749, 1753, 3984, 3985, 3986, 4501, 4509, 4623, 5592, 5593, 5597, 5915, 5974, 5977, 7728, 7949, 7986, 8347, 8407, 8414, 9641, 9643, 9644, 9719 e 9888 /2025; as Indicações foram aprovadas com 13 votos; Registre-se a ausência do Vereador Junior Paixão; Terminada a **ORDEM DO DIA**, o Senhor Presidente, passou a palavra aos Senhores Vereadores inscritos para fazer uso da tribuna, convidando assim a primeira Vereadora: **1) JÚLIA CASAMASSO, PSOL** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Tratou de um tema extremamente delicado: a falta de medicamentos nos equipamentos de saúde pública do município. Ela relatou que tem realizado diversas fiscalizações em unidades de saúde, incluindo postos da Estratégia de Saúde da Família, o Hospital Cesário de Sá Carneiro, o Hospital Nelson de Sá Earp e, mais recentemente, o Centro de Saúde. Segundo ela, a situação encontrada é muito preocupante. Explicou que faltam antibióticos, medicamentos de uso contínuo e remédios essenciais para pessoas com diabetes. Destacou que é inadmissível que o Centro de Saúde não tenha medicamentos básicos para o controle da diabetes. Informou ainda que, no Hospital Nelson de Sá Earp, há falta do medicamento Alteplase — fundamental para atendimentos de urgência em casos de AVC e infarto — e que essa ausência já dura mais de seis meses. Além disso, há carência de medicamentos para osteoporose, apesar de a cidade possuir uma população idosa numerosa e o hospital ser referência em ortopedia. Nos postos da Estratégia de Saúde da Família, a equipe encontrou ausência completa de medicação para gestantes, como sulfato ferroso e cálcio. Também relatou a falta de anticoncepcionais, sendo disponibilizado apenas o injetável no Centro de Saúde, o que prejudica o planejamento familiar. Lamentou que, além da escassez dos medicamentos, não há explicações por parte da gestão municipal. Segundo relatos ouvidos, a responsabilidade seria do governo do estado, mas, para ela, cabe ao município cobrar providências e garantir que os remédios cheguem à população. Diversas demandas encaminhadas à Câmara confirmam, na prática, a falta generalizada de medicações. Há casos em que acompanhantes precisam levar remédios de casa para pacientes internados devido à ausência nas unidades públicas. Desejou sorte ao novo secretário de Saúde, Dr. Aloísio, e disse que já marcou uma reunião para acompanhar as primeiras medidas da gestão. Afirmou que a população está desassistida e que essa situação não pode continuar. Informou que enviará um requerimento de informações para esclarecer os motivos da falta de repasses e que fará fiscalizações no NAF e no CAF — farmácias centrais responsáveis pela distribuição de medicamentos — a fim de mapear onde e por que ocorrem as faltas. Comprometeu-se ainda a atualizar a população na próxima semana sobre o andamento da reunião com a Secretaria de Saúde, reforçando que são medicamentos caros, de uso contínuo, e que devem ser garantidos pelos polos farmacêuticos do município. Em seguida, abordou outro tema: o aumento da passagem da empresa TURP. Mencionou a decisão judicial recente que reajustou a tarifa para equipará-la aos valores das demais empresas. No entanto, destacou que a população continua insatisfeita com o transporte público, considerado caro e ineficiente. Citou que o Relatório Mensal de Operações (RMO), exigido por lei de sua autoria, não é publicado desde julho, comprometendo a transparência. Registrou que a TURP solicitou reajuste para R$ 5,90 alegando ter cumprido parcialmente três das cinco metas estabelecidas pela Justiça. Contudo, ressaltou que as metas não cumpridas indicam piora significativa do serviço. Informou que, apenas em janeiro, foram 141 viagens não realizadas pela empresa, prejudicando inúmeros usuários. No próprio dia do aumento da tarifa, houve um acidente causado por vazamento de óleo de um ônibus da empresa, que gerou caos no trânsito metropolitano. Relembrou que, ainda no primeiro ano de seu mandato, presidiu uma comissão especial para analisar contratos e concessões de transporte, realizando fiscalizações em garagens e operações das empresas. Concluiu que, apesar de o cenário empresarial ter mudado, os problemas permanecem, afetando tanto usuários quanto trabalhadores do sistema.Voltou a tratar da precarização do trabalho dos motoristas, que realizam dupla função devido à ausência de cobradores embora estes constem nas planilhas utilizadas para justificar reajustes tarifários. Disse também acompanhar a ação do Ministério Público referente à recomposição da frota pós-pandemia, ainda não efetivamente concluída. Defendeu a necessidade urgente de debater abertamente as planilhas de custos apresentadas pela Ctranspetro. Prosseguiu afirmando que existem linhas de ônibus sobrepostas no município, o que agrava a desorganização do sistema. Relatou que há informações de que o bairro Madame Machado, por exemplo, fica sem atendimento de ônibus nas manhãs de domingo, situação que considera gravíssima. Para ela, o cenário enfrentado pela população é muito ruim e exige medidas urgentes. Reforçou que é indispensável que a planilha de custos apresentada pelas empresas seja cristalina e transparente, pois o serviço oferecido não corresponde ao que está registrado nesses documentos. Diante disso, afirmou acreditar que a Câmara Municipal precisa assumir uma posição mais firme. Defendeu que o Legislativo encaminhe a abertura de uma CPI para investigar a situação do transporte público, uma vez que não é aceitável que a população pague uma tarifa de R$ 5,90 e continue enfrentando longas esperas nos pontos, perda de viagens e um serviço extremamente precário. Mencionou que há bairros que anteriormente eram atendidos por dois ônibus e hoje contam com apenas um, apesar de a empresa alegar baixa demanda argumento que não condiz com a superlotação observada. Por isso, destacou que há inúmeras questões a serem apuradas, especialmente inconsistências nas planilhas que justificam o aumento tarifário. Segundo ela, não há como confiar plenamente nas informações apresentadas. Defendeu que a Casa Legislativa se debruce sobre o problema, convocando inclusive Luciano, da CPTrans, que sempre se coloca à disposição, para prestar esclarecimentos. Ressaltou que a população metropolitana tem urgência e que o Legislativo precisa contribuir para a solução definitiva do problema. Para finalizar, a vereadora pediu um minuto e manifestou solidariedade à sua companheira de partido, Thaís Ferreira, que vem sofrendo reiteradas ameaças após se posicionar sobre a chacina ocorrida no Complexo do Alemão e na Penha. Destacou que tais ataques machistas, misóginos e violentos refletem a resistência ainda existente diante da presença das mulheres, especialmente mulheres negras, nos espaços de poder. Reafirmou sua solidariedade a Thaís Ferreira e declarou que seguirão juntas na luta. Agradeceu e despediu-se. 2) **PROFESSORA LÍVIA, PCdoB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Aproveitou a oportunidade, após a leitura da composição da CPI, para anunciar que a primeira reunião da comissão aconteceria imediatamente após o encerramento da sessão. Informou que esse seria um recado direto à população, após a instalação da CPI para investigar os serviços prestados na cidade por determinada concessionária. Destacou que a criação da comissão atende a um clamor popular e que há grande responsabilidade na condução dos trabalhos. Agradeceu a confiança dos demais vereadores por tê-la escolhido para presidir a comissão, afirmando que o objetivo é apurar irregularidades, corrigir normas que vêm sendo descumpridas e lutar de forma firme para a melhoria dos serviços prestados. Segundo ela, os valores cobrados atualmente têm pesado sobre o bolso das trabalhadoras e dos trabalhadores, enquanto o serviço oferecido é precário. Ressaltou que, em sua avaliação, a empresa tem como alvo principal o bolso da população, que paga tarifas elevadas de água e esgoto, mas recebe um serviço de péssima qualidade. Enfatizou que a concessionária não demonstra responsabilidade ambiental, citando casos de esgoto despejado em rios e lançado no meio ambiente. Por isso, defendeu ser fundamental averiguar as irregularidades e acompanhar os encaminhamentos que surgirão ao longo da CPI. Entre os pontos prioritários, mencionou a necessidade de corrigir problemas na tubulação, revisar a tarifa de esgoto e reavaliar todas as tarifas aplicadas pela empresa no município. Reforçou que a primeira reunião da comissão seria realizada logo após a sessão. Em seguida, abordou a situação de abandono e desprestígio das políticas voltadas à cultura afro no município. Recordou que existe uma lei que institui a realização anual da Festa Afrobuntu no dia 20 de novembro. No entanto, destacou que é preciso garantir orçamento adequado, já que nenhuma atividade cultural se sustenta sem apoio do poder público. Relatou que acompanha o Conselho Municipal de Cultura e que, nas discussões realizadas, já havia sido sinalizado ao longo do ano que não haveria orçamento suficiente para a festa. Relembrou que, em reunião do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, um representante do Instituto Municipal de Cultura afirmou que utilizaria recursos de um edital cultural para viabilizar a festa posição que a vereadora contestou na época, defendendo que o evento deve ter orçamento próprio, vinculado à Coordenadoria de Igualdade Racial e ao Instituto Municipal de Cultura. Informou que, mais recentemente, foi anunciado no conselho que apenas R$ 40 mil seriam destinados à realização da festa, valor que classificou como um dos menores da história do evento, cuja importância reside em celebrar a cultura afro-brasileira e reconhecer o povo negro como força fundamental na construção da cidade. Para ela, esse valor reduzido demonstra o desprestígio atual da pauta, reforçado pelo fato de que, até o momento, não havia sido divulgada programação oficial. Afirmou que tanto a Coordenadoria de Igualdade Racial quanto o Instituto Municipal de Cultura falharam em suas responsabilidades. Revelou ainda que o Instituto convocou a sociedade civil somente agora, a menos de dez dias do evento, para ajudar a elaborar a programação o que considera um atraso inaceitável. Manifestou solidariedade ao povo negro da cidade, que vive, segundo ela, o abandono das políticas públicas voltadas à igualdade racial. No entanto, ressaltou a existência de resistência e anunciou que, no dia 20 de novembro, será realizada a Caminhada Contra a Intolerância Religiosa, com concentração às 9h30 na Praça da Inconfidência. Finalizou deixando o convite a todas e todos e cobrando que a prefeitura anuncie o mais rápido possível a programação oficial da Festa Afrobuntu, garantindo a celebração da cultura afro-brasileira no município. Agradeceu e despediu-se. Encerrada a **FALA DOS VEREADORES E VEREADORAS**, e **NADA MAIS HAVENDO A TRATAR**, a Presidência, às dezessete horas e cinquenta e um minutos declarou encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores e Vereadoras para a próxima sessão, que ocorrerá no dia dezoito de novembro às quatorze horas. Escrevo, atesto e assino para fazer constar, Vinicius Martins Assessor para Procedimentos Públicos. Registre-se e publique-se.

Vinicius Martins